



Lex

LUÍS PAIS ANTUNES SÓCIO E "MANAGING PARTNER" DA PLMJ

“Difícilmente pode haver justiça na hora. No limite, seria uma má justiça”

Luís Pais Antunes, sócio e líder da sociedade PLMJ, diz que nem tudo está bem nos tempos da justiça. Contudo, diz que “difícilmente pode haver uma justiça na hora”, porque, “no limite, essa justiça na hora seria uma má justiça”.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Para Luís Pais Antunes, sócio e “managing partner” da PLMJ, a actividade que actualmente marca o sector dos serviços jurídicos é sinónimo objectivo de uma “recuperação da economia” portuguesa. Contudo, em entrevista ao Negócios – a pretexto dos 50 anos que a sua sociedade de advogados está a completar –, adianta que “é prematuro dizermos que passámos todas as dificuldades”. A pretexto de quem critica a lentidão da justiça, por considerar que penaliza a atracção de investimento, Pais Antunes admite que o sistema “não acompanhou essa necessidade crescente de dar respostas na hora”, mas deixa um alerta: “Difícilmente pode haver uma justiça na hora. No limite, essa justiça na hora seria uma má justiça.”

Como classifica actualmente o “estado da arte” do sector em que PLMJ está inserida? Ou seja, qual é a saúde da advocacia portuguesa organizada em regime societário?

O sector da advocacia em Portugal é, talvez, um dos mais dinâmicos e dos que melhor ombreia com os nossos parceiros europeus. Temos um conjunto de sociedades de advogados de topo que prestam serviços de grande qualidade. Isso explica, aliás, o sucesso que têm tido não apenas no plano nacional, mas também no plano internacional.

Vê com bons olhos a entrada em Portugal de sociedades de advogados multinacionais?

Temos já um número razoável

de sociedades de advogados não portuguesas estabelecidas em Portugal. São bem-vindas. Temos certamente algumas coisas a aprender e outras a ensinar.

Num mercado com a dimensão do nosso, continua a haver espaço para novos “actores”?

Quem diz se são a mais ou a menos são o mercado e os clientes. Dito isto, as sociedades de advogados portuguesas, em particular as de maior dimensão, como a PLMJ, também têm incorporado uma dimensão internacional importante na sua actividade. A nossa actividade não se esgota, nem pode esgotar-se, no mercado português.

A situação económica levou a um reforço dessa aposta?

Sim e não. A nossa aposta noutros mercados não resulta tanto do ambiente económico que se vive em Portugal, mas da necessidade dos clientes. É verdade que nos anos mais recentes a nossa actividade internacional se reforçou. O mercado interno estava muito contraído, pelo que, por parte das empresas, havia necessidade de exportar mais, de investir lá fora. O nosso papel é acompanhar os clientes.

Há uma advocacia de crise?

Não há uma advocacia de crise, mas há matérias que são mais importantes em períodos de crise. Vivemos nos últimos anos um período em que muitos clientes e muitas empresas estiveram envolvidos em processos de reestruturação. Toda a área da reestruturação de empresas, das insolvências, dos planos de recuperação, registou um grande desenvolvimento.

Que áreas de prática estão mais activas actualmente?

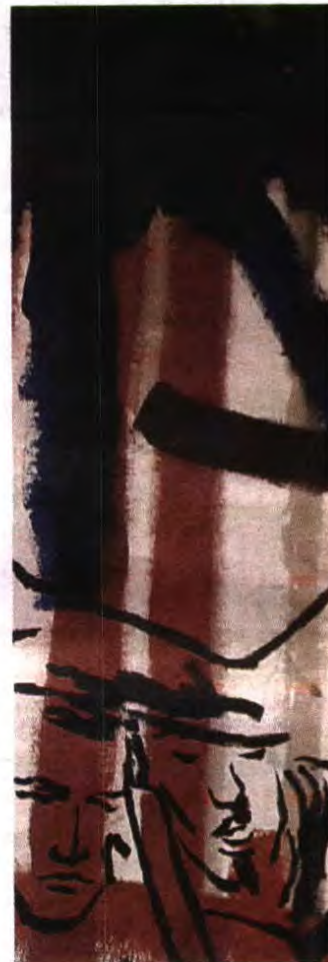
Hoje em dia há um grande desenvolvimento, em particular, no imobiliário, no turismo e nas áreas financeiras. Tal como as áreas de energia, da concorrência ou da arbitragem, não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos. Há um recurso cada vez mais às chamadas áreas de resolução alternativa de litígios. Diria que estamos numa fase de grande actividade na maioria das nossas áreas de trabalho.

À luz da situação económica do país, que significado atribui a essa realidade?

Há objectivamente uma recuperação da economia. Estamos a crescer bastante nalgumas áreas, não tanto noutras, mas objectivamente a nossa economia está a crescer e isso implica mais necessidade de apoio jurídico nessas áreas.

É uma realidade capaz de atrair investimento?

Os números do investimento não são famosos. O investimento público reduziu-se a níveis que já não se conheciam há dezenas de anos. O investimento privado está a aumentar, embora bastante localizado nos sectores do imobiliário e do turismo. Não podemos ignorar que partimos de uma base muito baixa. É normal que a inversão da tendência tenha provocado um crescimento. Agora, não escondo também, e isso é algo que está à vista de todos, Portugal neste momento está na moda. Por várias razões, que vão do futebol, ao sol, até à segurança. Mas é prematuro dizermos que passámos todas as dificuldades e que neste momento



estamos numa estratégia completamente ascendente.

Há quem critique a lentidão do nosso sistema de justiça, por considerar que penaliza a atracção de investimento. É essa a sua opinião?

Hoje em dia queremos tudo mais depressa. O nosso mundo é um mundo em que o factor tempo se acelerou de forma significativa. Queremos tudo na hora. Queremos a empresa na hora, a televisão na hora, o telemóvel na hora, o filme na hora. O sistema tradicional de justiça não acompanhou essa necessidade crescente de dar respostas na hora. Difícilmente pode haver uma justiça na hora. No limite, essa justiça na hora seria uma má justiça.

Poderia ser a sonegação da justiça?



Portugal está na moda. Por razões que vão do futebol, ao sol, até à segurança. Mas é prematuro dizermos que passámos todas as dificuldades.



Miguel Baltazar

“O mundo da advocacia é hoje mais transparente”

Para o advogado Luís Pais Antunes, líder da sociedade de advogados PLMJ, o mundo da advocacia é “mais transparente. Já não é aquele mundo cinzento em que ninguém sabia quem era quem”.

A advocacia, em particular a organizada em regime societário, é uma actividade “facilitadora de negócios”, como alguns criticam?

A expressão “facilitador de negócios” tem uma carga negativa. A utilização da palavra “facilitador” tem uma carga negativa. Admito que nalguns casos possa ser injusta.

Noutros será justa?

Estou a falar da carga negativa que é atribuída à expressão. É óbvio que, enquanto parceiros de empresas, os advogados ajudam a criar negócios, portanto, a criar emprego e riqueza. Mas quando se fala em facilitar negócios, atribui-se-lhe uma conotação negativa. Haverá em alguns casos situações dúbias ou ilícitas. Mas há na advocacia como em qualquer outro sector. O Estado de Direito tem mecanismos para responder a esse tipo de situações. Querem colocar aos advogados esse labéu de colaboradores de forças negras que querem desorganizar o mundo é manifestamente exagerado.

É uma actividade mais transparente?

Hoje em dia o mundo da advocacia é mais transparente. Já não é aquele mundo cinzento em que ninguém sabia quem era quem e o que fazia. Hoje em dia há cada vez mais informação. ■

Poderia ser a sonegação da justiça. Há direitos para assegurar. Há um conjunto de procedimentos que pela sua natureza implicam tempo. Agora o que é verdade é que há uma ineficiência na capacidade de resposta no sistema. Também é verdade que o nível de litigiosidade aumentou muito nos últimos anos. Hoje em dia há um recurso bastante maior aos tribunais. Portanto, estão assoberbados de trabalho.

Falta a tal reforma da justiça?

Desde que me lembro, e já ando nesta vida do direito e da advocacia há trinta e muitos anos, que ouço falar dessa reforma da justiça. Não diria que tem de ser feita todos os dias, mas tem de ser feita todos os meses e vamos estar sempre atrás das necessidades. O que acho mal é que na reforma da justiça exista um núme-

ro excessivo de ziguezagues. À medida que os governos vão mudando, parece haver maior preocupação em dar passos atrás do que em andar para a frente.

Foi isso que se passou com o mapa judiciário?

Na questão do famoso mapa judiciário, que andamos basicamente a discutir há 12 ou 13 anos, já mudou, deixou de mudar, foi para a frente, fecharam-se tribunais, reabriram-se tribunais e depois estes que reabrem não estão a funcionar porque não há processos... Damos demasiados passos em falso.

Era preciso um pacto de justiça, como em tempos defendeu o Presidente da República?

Era preciso um pacto de justiça, mas que eu me lembre já foram celebrados dois. ■

E não levam a lado nenhum?

Levam... Mas ter essa visão de que é preciso um pacto para isto e um pacto para aquilo vai resolver todos os problemas... Não vai! Vai resolver um ou outro problema, mas há sempre problemas que permanecem. No mundo da justiça não podemos ter uma visão estática. Agora a verdade é que gastamos demasiadas energias a mudar a lei, e menos a mudar os meios de a aplicar. Há uma febre legislativa que perpassa todos os governos. Ainda agora, depois desta infeliz sucessão de casos, em particular esta de Pedrógão, vai-se a correr fazer não sei quantas leis. A preocupação é sempre maior em fazer leis do que em reformar os meios que levam à sua aplicação. Gastamos demasiadas energias a mudar regras e quando as mudamos ainda não estamos sequer a aplicar as anteriores. ■



Gastamos demasiadas energias a mudar leis e menos a mudar os meios de as aplicar. Há uma febre legislativa que perpassa todos os governos.



LUÍS PAIS ANTUNES SÓCIO E "MANAGING PARTNER" DA PLMJ

“Para as empresas, o advogado é um parceiro”

Na perspectiva de Luís Pais Antunes, mais do que apenas interpretar leis, hoje em dia o advogado “é um parceiro” para as empresas ou outras organizações com que trabalha.

JOÃO MALTEZ

maltez@negocios.pt

O actual líder da sociedade de advogados PLMJ, Luís Pais Antunes, explica ao Negócios qual é a realidade desta organização no ano em que passam 50 anos desde que António Maria Pereira e Luís Sáragga Leal deram início ao projecto. O escritório, a que se juntaram mais tarde Francisco Oliveira Martins e José Miguel Júdice, ganhou dimensão e internacionalizou-se. Hoje, é a casa onde trabalham 400 pessoas, entre advogados e funcionários das diferentes áreas de apoio à advocacia.

No ano em que a PLMJ completa meio século de existência, como caracterizaria esta sociedade de advogados?

A PLMJ é uma sociedade que está a festejar os seus 50 anos e que vive um período de grande afirmação. É hoje a casa onde trabalham 400 pessoas. É também uma sociedade que procura ser mais eficiente, ter uma maior proximidade relativamente àqueles com que lida diariamente e que quer ser, cada vez mais, um

agente activo em processos de responsabilidade social.

A advocacia não é hoje em dia o foco exclusivo das sociedades de advogados?

Uma sociedade de advogados dedica-se essencialmente à advocacia, à defesa dos direitos e dos interesses dos seus clientes. O advogado é um colaborador da aplicação da lei. No dia-a-dia, a lei aplica-se não apenas através dos tribunais, mas também na celebração de contratos e na defesa dos direitos de cada um. Hoje em dia, porém, como em qualquer organização, também nas firmas de advocacia há um grau de compromisso para com a sociedade que nos leva a que tenhamos de ter uma responsabilidade social corporativa muito forte.

Em que projectos estão envolvidos?

Estamos envolvidos num número muito significativo de projectos, nomeadamente no apoio “pro bono” a organizações. Por exemplo, em Moçambique, colaboramos activamente com a Unicef. Não podemos, nem devemos, perder o foco de qual é o

nosso papel, mas tentamos, quer internamente quer externamente, repercutir outros valores.

Na relação com as empresas, que papel cabe ao advogado?

Sobretudo para empresas e organizações, o advogado é um parceiro. Não se limita a interpretar leis e a sugerir alterações contratuais. Tem também um papel importante a desempenhar na concepção das políticas das empresas ou no posicionamento que as empresas ou as organizações têm. Por isso apostamos, e essa é uma das vertentes mais importantes das sociedades de advogados, numa contínua formação e inovação de processos.

O que é inovar na área da advocacia?

Não é muito diferente de inovar noutras áreas. Há inovação na forma como se processa e trata a informação, como se pesquisa, como se comunica com os clientes, como nos organizamos, como procuramos ser cada vez mais eficientes na gestão dos processos, nos contactos. Por exemplo, estamos agora a desenvolver um grande projecto de combate ao papel, chamemos-lhe assim. Numa sociedade com a dimensão da nossa, e sobretudo que tem a maior equipa de contencioso e o maior número de advogados envolvidos em tribunal, o desafio da desmaterialização é muito significativo. Estamos a fazer progressos muito importantes nessa matéria.

Uma das apostas que a sociedade fez foi internacionalizar-se. Quais são vossos pressupostos nesse âmbito?

No nosso caso temos uma aposta particular nos mercados de expressão portuguesa. Reforçamos recentemente a nossa rede nos PALOP. Além de termos escritórios em Ango-

la e Moçambique, temos parcerias estabilizadas e formalizadas agora também em S. Tomé, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Também temos uma presença no Brasil e em Macau, mas temos igualmente escritórios de representação em Londres e na Suíça, além de contarmos com uma organização algo “sui generis”, os chamados “desks”, com advogados que trabalham normalmente na língua dos clientes - alemão, italiano ou francês.

Que estratégia está delineada para a sociedade pensar nos anos mais próximos?

Queremos continuar a dispor das melhores condições para satisfazer as necessidades dos nossos clientes e para responder aos pedidos. Na medida em que isso implique crescer a equipa, pois a equipa crescerá. Na medida em que isso implique reorganizar o escritório, o escritório irá reorganizar-se. Aquilo que estamos a fazer é precisamente as duas coisas. Estamos a reforçar áreas em que as solicitações são maiores e estamos a reorganizar-nos internamente para podermos prestar serviços com mais qualidade.

Esse reforço e essa reorganização interna está assente em que aspectos?

Do ponto de vista da estratégia, nós temos três grandes eixos de acção. Um eixo de eficiência, um eixo de sustentabilidade e um eixo de desenvolvimento de negócio. Acho que temos sabido fazer bem esse caminho. Há coisas que por vezes correm menos bem. Temos a preocupação de as corrigir na vez seguinte. Não achamos que o trabalho esteja concluído. Não vamos mudar de estratégia porque aquela que temos seguido tem dado bons resultados. Vamos é tentar fazer o melhor, tendo sempre presente as linhas que referi. ■

Miguel Baltazar

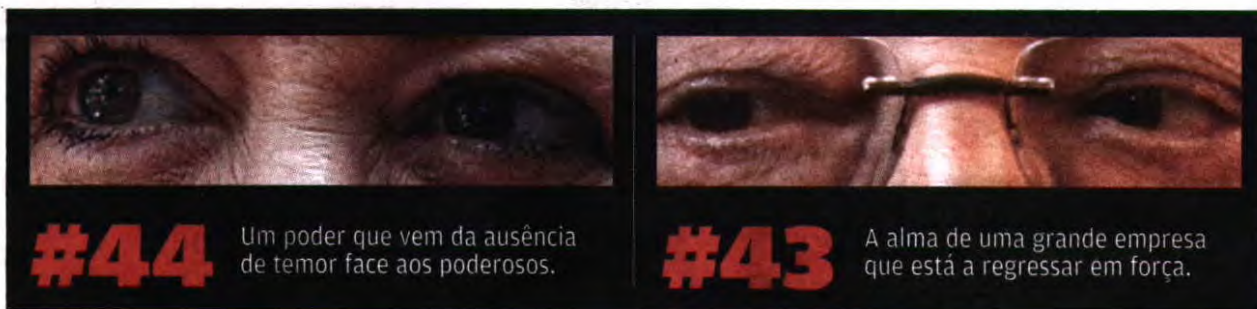


Como em qualquer organização, também nas firmas de advocacia há um compromisso em ter uma responsabilidade social corporativa muito forte.



OS MAIS PODEROSOS 2017

PRIMEIRA LINHA 4 a 11



#44

Um poder que vem da ausência de temor face aos poderosos.

#43

A alma de uma grande empresa que está a regressar em força.

negócios

negocios.pt

Quinta-feira, 27 de Julho de 2017 | Diário | Ano XVI | N.º 3550 | € 2,00
 Director **Raul Vaz** | Subdirectores **André Veríssimo** | **Celso Filipe** | **Tiago Freire**

PSD acusa Governo de facilitar controlo estrangeiro da REN

Alteração à legislação permite contornar limites à propriedade.

MERCADOS 26

EuroBic traz marca nova e comissões mais altas

EMPRESAS 22

Horas de condução e idade dos táxis vão apertar

EMPRESAS 21

Contas da Saúde e da Madeira derrapam

Dados da Direcção-geral do Orçamento alertam para o défice da Madeira e para a despesa acima do orçamentado na Saúde.

ECONOMIA 14

Família Teixeira Duarte vende acções para pagar dívida



A TD SGPS, detida pela família, está há sete semanas a vender 10 mil acções por dia.

EMPRESAS 20

Risco do Novo Banco alivia após proposta aos credores

Preço da protecção contra um incumprimento desceu nos mercados, mostrando mais confiança no sucesso da operação.

MERCADOS 24 e 25

FOGOS Costa não exclui declarar calamidade pública

Decisão ainda está em estudo. Não há data para divulgar conclusões sobre Pedrógão.

ECONOMIA 12

LUÍS PAIS ANTUNES
SÓCIO E "MANAGING PARTNER" DA PLMJ

"Difícilmente pode haver justiça na hora. No limite, seria uma má justiça"

Advogado diz que gastamos demasiado tempo a mudar leis e não na forma de as aplicar.



LEX 16 e 17